

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, maio de 2021, número 161. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O CAMPO NA EDUCAÇÃO

ARTIGO DO MÊS

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NO MATOPIBA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO INTERNACIONAL NO CERRADO PIAUIENSE

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

**XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA
ENANPEGE – 2021**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/João Pessoa – João Pessoa, outubro de 2021 (10 a 15 de outubro)

XX Encontro Nacional Geógrafas e Geógrafos – ENG 2021

USP/São Paulo – São Paulo, julho de 2021 (data a definir).

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Terra e trabalho: usos e abusos do espaço agrário brasileiro – Volume 1.

Org.: Rosa Ester Rossini; Maria Rita Ivo de Melo Machado; Mateus de Almeida Prado

Sampaio.

Este livro, primeiro volume de uma coleção sobre a reforma agrária no mundo, apresenta o debate em torno das diferentes experiências de reforma agrária nos diferentes países.

WEBINAR REDE DATA LUTA



Webinar Rede DATA LUTA

Realização: Rede DATA LUTA.

Canal de webinars da Rede DATA LUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confirmam os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATA LUTA/videos>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para

ouvir/baixar:

<http://podcast.unesp.br>

EQUIPE:

Revisão, Editoração e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Angela dos Santos Machado, Lucas de Brito Wanderley; Eduardo P. Girard, Lara Dalperio Buscioli, Wilians Ventura Ferreira Souza e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do **BOLETIM DATA LUTA**

em <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EDUCAÇÃO DO CAMPO E O CAMPO NA EDUCAÇÃO

Gabriela Matos Santiago

Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

E-mail: gsantiagom@gmail.com

Giseli Dalla-Nora

Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade – GECA da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.

E-mail: giseli.nora@gmail.com

A educação do campo é considerada por muitos uma modalidade de ensino. Entretanto na seara dos movimentos sociais é uma dimensão do ser agricultor, do ser camponês (CALDART, 2012). É um espaço de formação e atuação, de luta e de resistência. Refletir sobre a educação do campo em um momento em que escolas são fechadas é um desafio, mas o debate ético é necessário. Assim, o objetivo deste texto é refletir sobre algumas dimensões que envolvem a educação do campo no Estado de Mato Grosso. Cabe destacar a complexidade do tema, que extravasa os limites deste texto, que versará sobre alguns pontos da educação do campo em assentamentos rurais.

TRAÇOS DA EDUCAÇÃO DO COLONIZADOR

A educação é desde o princípio uma ferramenta de dominação da classe que detém os meios de produção sobre a população trabalhadora, pois assim, mantém ordem social, a mesma que a privilegia. Dessa forma, em um estudo de caso realizado por Brandão (2007), o autor demonstra como se deu a implantação da educação em uma comunidade indígena. E como estes compreendem essa educação implantada de fora para dentro e a compreendem de forma excludente, que descaracteriza e apaga sua cultura, seu ser. Assim, o educador, desconsidera a cultura local e considera que o meio, cultura e conhecimentos destes indivíduos não condiz com a realidade idealizada do modelo de aprendizagem. Desconsiderando sua formação social para dizer que irá ensinar o padrão idealizado de utilidade social,

por isso mesmo - os índios sabiam - a educação do colonizador, que contém o saber de seu modo de vida e ajuda a confirmar a aparente legalidade de seus atos de domínio, na verdade não serve para ser a educação do colonizado. Não serve e existe contra uma educação que ele, não obstante dominado, também possui como um dos seus recursos, em seu mundo, dentro de sua cultura (BRANDÃO, 2007)

E, levando este entendimento para os assentamentos e áreas rurais, percebe-se o papel da escola quando, os assentados demonstram uma forte compreensão do significado de ser assentado e ser camponês. Quando há essa identificação com a sua realidade, a escola e o ensino servem para fortalecer sua identidade, assim como seu modo de vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio com a Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), onde constitui a educação básica como o primeiro nível da educação no território nacional, definindo-a em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, incluindo disciplinas básicas como história, geografia, português e matemática. Foram realizadas algumas reformas educacionais após este período, como a Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971), que modificou a nomenclatura para a identificação das etapas de ensino nomeando em ensino de 1º grau o ensino básico e fundamental e 2º grau o ensino médio, extinguindo então, estas antigas denominações.

Entretanto, o ensino nas áreas rurais se manteve marginalizado, correlacionado ao ensino nas áreas urbanas, já que a proposta apresentada não diverge das antigas propostas de ensino. Para a população rural se manteve como mais importante, uma simples alfabetização, descontextualizada da realidade da vida no campo, com metodologias de ensino e contextos urbanos. Ainda se considera a falta de estrutura física nas escolas do campo, material didático atualizado e apropriado, considerando a localidade e regionalidade, e principalmente o despreparo dos professores para este ambiente (ALVES & MAGALHÃES, 2008).

No contexto das políticas públicas, a Reforma do Ensino Médio, Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), traz a divisão da grade de disciplinas por itinerários formativos: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias, com disciplinas como matemática; ciências humanas incluindo a geografia, ciências sociais aplicadas com sociologia e formação técnica e profissional específica. Os saberes propostos para as escolas na cidade e no campo são distintos, portanto a compreensão das relações do campo e cidade se faz necessário, pois a partir desse entendimento, pensamos em como se dá essas formas de conhecimento. Como esses saberes condizem com as realidades vividas, seja no campo ou no meio urbano.

Martins (2005) considera o que é pensado da educação do campo, relacionando ao que é entendido como rural e urbano, considerando que as relações que temos no Brasil, é muito atrelada à identidade de agricultor.

Conheci, na Amazônia, na época mais intensa e mais crítica da expansão da fronteira agrícola, povoados com mais de dez mil habitantes, casas de adobe ou pau-a-pique, sem nenhuma característica propriamente urbana, nem instituições urbanas, cuja população e dedicava, na quase totalidade, à agricultura. E normalmente se considera um aglomerado humano de cinco mil pessoas como localidade urbana e seus moradores como migrantes que se deslocam do campo para a “cidade” (MARTINS, 2005).

Assim, mesmo no meio urbano, deve-se considerar o que é a educação para os que estão no processo ensino-aprendizagem. E da mesma forma que houve migrantes em direção as cidades, ainda hoje, observa-se o movimento de retorno ao campo.

Os princípios das propostas pedagógicas em Brasil (2004) definem que em todos os níveis de ensino, devem basear-se na diversidade cultural, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. São estes os princípios: o diálogo – assegurando o respeito à cultura do grupo, valorização dos saberes e conhecimentos coletivos; a práxis – incentivando a movimentação ação-reflexão-ação como perspectiva da transformação da realidade; a transdisciplinaridade – articulação de todos os saberes e conteúdos locais, regionais e globais.

Nesses momentos em que os indivíduos se encontram para a conversa, ainda que informal, estão no processo de aprendizagem, com cada um fazendo apontamentos de suas ideias e formando um terceiro pensamento, o coletivo.

Com isso, perceber como se dá a interação das comunidades do campo, seu modo de vida, o conhecimento necessário para seus modos de vida, entendendo seus desafios e suas necessidades, envolvendo os atores no processo de ensino e aprendizagem. Lançamos mão então da perspectiva de que a educação do campo é diferenciada e contribuí para a formação de cidadãos críticos. Oliveira e Campos (2012, p. 238) apontam que a educação do campo é dotada de

[...] protagonismo dos movimentos sociais do campo na negociação de políticas educacionais, postulando nova concepção de educação que incluísse suas cosmologias, lutas, territorialidades, concepções de natureza e família, arte, práticas de produção, bem como a organização social e o trabalho, dentre outros aspectos locais e regionais que compreendem um mundo rural (OLIVEIRA E CAMPOS, 2012. p. 238)

Corroborando com tal realidade, o currículo, deve visar considerar a realidade vivida pelos atores sociais envolvidos diretamente. Cabendo a participação da comunidade nos processos de debate e tomadas de decisão no que se refere nos saberes necessários para sua vivência. As escolas do campo são espaços formativos e de reprodução social e para tanto necessitam reflexão sobre a prática, sobre a teoria e principalmente sobre os valores éticos que a sustentam.

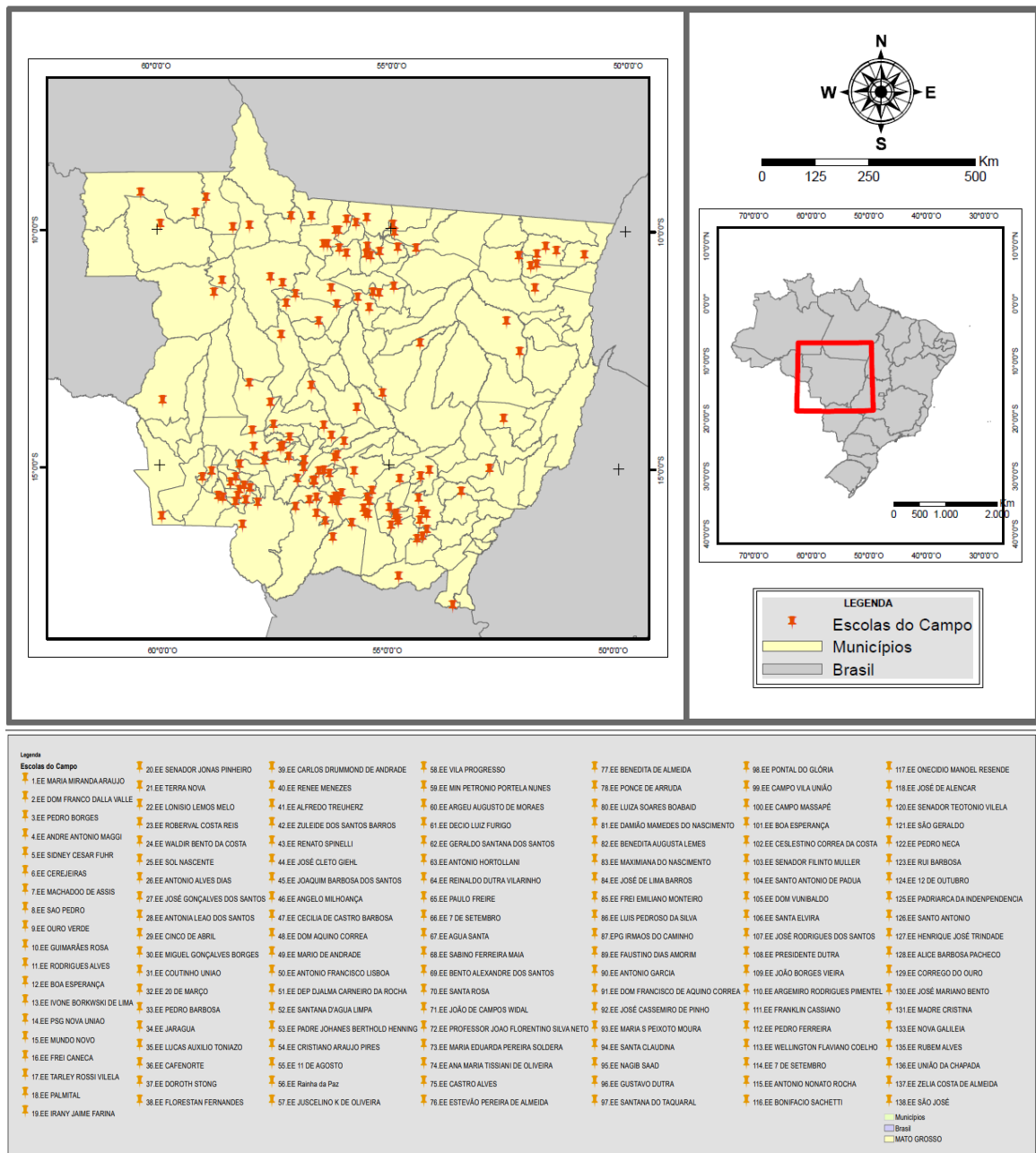
DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DE MATO GROSSO

A educação campo no estado de Mato Grosso está presente, por meio das escolas estaduais, em 75 dos 141 municípios com 139 escolas com mais de 25.852 matrículas no ano de 2021. Existe uma concentração de escolas do campo no centro sul do estado, com especial atenção aos municípios de Barra do Bugres, Jangada, Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio do Leverger. (Figura 01)

Ao pensar na localização das escolas do campo no estado de Mato Grosso observamos que sua concentração não se dá nas cidades do agronegócio (área central do Estado de Mato Grosso), mas sim em áreas fora do circuito das “commodities” internacionais.

Com relação a infraestrutura das escolas do campo, um ponto chave são as parcerias entre as prefeituras municipais e a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, que compartilham prédios, transporte, custos e manutenção.

Figura 01: Localização das escolas do campo estaduais no estado de Mato Grosso.



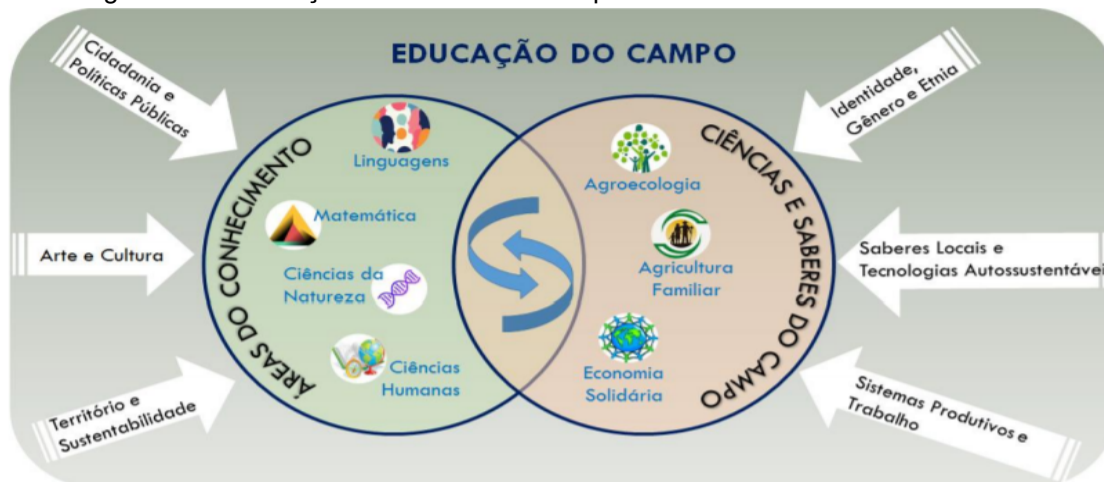
Fonte: SEDUC,2021.

Ao observar a perspectiva do currículo das escolas do campo, a abordagem aqui versa sobre a implantação da disciplina de agroecologia. Tal disciplina tem se figurado como uma diferencial das escolas do campo no estado. A organização curricular da educação do campo de Mato Grosso está ligada a Superintendência de Políticas de Diversidades Educacionais (SUDE), por meio da Coordenadoria de Educação do Campo e Quilombola (COCQ). Tem por objetivo pensar a educação do campo observando o seu “contexto histórico, social, político, econômico, cultural e ambiental do Estado de Mato Grosso e sua estrutura de apoio e logística à um atendimento para demanda, de acordo com especificidades e peculiaridades locais e regionais de cada unidade escolar” (SEDUC,2020. P. 03). Um dos pontos chaves da educação do campo é a ciências e saberes

Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

do campo (Figura 02) que versa sobre as áreas do conhecimento e do desenvolvimento e apropriação dos saberes do campo com conhecimentos de agroecologia, agricultura familiar e economia solidária.

Figura 02: Localização das escolas do campo estaduais no estado de Mato Grosso.



Fonte: SEDUC, 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo que algumas das dimensões que envolvem a educação do campo no Estado de Mato Grosso passam pela quantidade, localização, infraestrutura, transporte e principalmente pela sua organização curricular algumas reflexões se fazem necessárias. A primeira nos remete ao contexto pandêmico que nos mostrou o fechamento de escolas localizadas tanto nos espaços urbanos quanto rurais.

A segunda reflexão deste texto ilustra a desigualdade da localização das escolas do campo que nos mostram a apropriação do território Mato-grossense pelos grandes produtores que expropriam os agricultores familiares de seus territórios de origem. Tal fato nos provoca a reflexão sobre qual educação atendem os trabalhadores do campo? Qual educação a eles é permitida?

A terceira e última reflexão para este texto, aponta a relevância das três disciplinas que compõem a área do conhecimento "Ciência e saberes do campo": Agroecologia, agricultura familiar e economia solidária. Três conceitos/contextos/dimensões que permitem uma aproximação mais expressiva com a realidade do campo no estado, observando as diversas possibilidades que se apresentam por meio desses espaços.

REFERÊNCIAS

Disponível em: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Brasiliense, 2017.

CALDART, Roseli Salete et al. Educação do campo. **Dicionário da educação do campo**. São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. p. 257-265, 2012.

Câmara Legislativa. Legislação Informatizada – Lei nº 12.982, de 28 de mai. 2014 – Publicação Original. 2014. Mai. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-12982-28-maio-2014-778811-publicacaooriginal-144230-pl.html> Acesso em: 22 out. 2018.

FONTANA, Cleder. **Geografia Crítica e Paulo Freire**: Um Diálogo a partir do ensino da geografia e da educação “problematizadora”. Geografando. Revista do Laboratório de Cartografia e Estudos Ambientais, Pelotas, v.1, n 2, p.89-105, dezembro de 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUHUR, Dominique Michèle Periotto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. **Dicionário da educação no campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 59-67, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Cultura e educação na roça, encontros e desencontros**. Revista USP, nº 64. Dezembro 2004-Fevereiro 2005, p.29-49.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Leituras freireanas sobre educação. Unesp, 2003.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marília. Educação básica do campo. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 237-245, 2012.

SIQUEIRA, Euzemar Fatima Lopes; ROSSETTO, Onélia Carmem; SOUZA, Sebastião Ferreira. Políticas públicas para a educação do campo em Mato Grosso-Brasil. **Revista Mato-Grossense de Geografia**, v. 17, n. 1, 2014.